

Crise política e econômica no Brasil

Resumo

O Brasil, desde 2014, tem enfrentado um **momento turbulento** na economia e na política. Isso tem refletido em um baixo crescimento da economia do país. Em **2019**, a economia dá alguns **pequenos sinais de recuperação**, mas a projeção do nosso PIB ainda é abaixo do esperado. Por isso, é cedo para falar de recuperação. Para entender esse quadro é preciso voltar um pouco no tempo. No começo dos **anos 2000**, a economia brasileira vivia um período de crescimento puxado pela **alta das commodities** (produtos de baixo valor agregado, geralmente primários, de grande importância estratégica negociado em bolsas valores, como soja, milho, minério de ferro, petróleo...).

A alta dos preços das commodities possibilitou um grande fluxo financeiro para o país fundamentando seu crescimento econômico. **Em 2014**, devido a mudanças no mercado mundial, principalmente uma reorientação da economia chinesa, as **commodities** começaram a viver um momento de **queda dos preços**. Com isso a economia brasileira, que possui um grande potencial primário, começou a enfrentar problemas econômicos.

- **Ciclo positivo da economia:** o elevado **consumo**, gera uma maior **lucratividade** e conseqüentemente um maior **investimento** produtivo. Com isso é gerado mais **emprego** e assalariamento, aumentando o consumo. Esse é o **ciclo virtuoso da economia**.
- **Ciclo negativo da economia:** a queda no consumo, diminui a lucratividade ou causando prejuízos o que diminui os investimentos. Assim, novos empregos não são gerados e muitas empresas adotam políticas de demissão, reduzindo mais ainda o consumo. Esse é o **ciclo vicioso da economia**.

A partir de 2014, devido a queda nos preços das commodities a economia Brasileira entrou em um ciclo vicioso, que se somou a uma crise política. Ao mesmo tempo, o país sofria de gargalos econômicos anteriores, como o elevado custo produtivo do país decorrente das precárias infraestruturas de transporte e energia, além da elevada carga tributária.

Nesse sentido, a economia brasileira exigia diversas reformas. A primeira, foi a **Reforma Trabalhista**, que tinha como objetivo flexibilizar leis trabalhistas para atrair novos investimentos, gerando novos empregos. Posteriormente, o governo voltou-se para aprovar a **Reforma da Previdência**. Devido o maior envelhecimento da população, o desequilíbrio entre arrecadação e pagamento de benefícios e o limitado orçamento brasileiro fez com que ela foi a pauta principal para recuperação econômica. Até o momento ela já foi aprovada em dois turnos na Câmara, mas falta o Senado. Conforme a projeção de baixo crescimento da economia para o ano de 2019, essas reformas não foram suficientes e sozinhas não serão. O governo busca minimizar os custos do Estado e aumentar a produtividade brasileira. Porém, apenas os próximos anos irá mostrar o sucesso ou não desse projeto econômico.

Exercícios

1. Leia os textos.

- Francisco tem pouca esperança no futuro. Depois de cinco anos em busca de trabalho e após três entrevistas de emprego, todas infrutíferas, decidiu parar de procurar. Passou assim a fazer parte de um contingente cada vez maior de brasileiros: os desalentados.

- Um indicador fundamental para observar o nível da confiança do trabalhador no mercado de trabalho é a taxa de desalento.

- O Brasil iniciou o terceiro trimestre com queda na taxa de desemprego pela quarta vez seguida, mas registrou número recorde de desalentados diante das incertezas atuais em tomo da economia, segundo dados divulgados no dia 30 de agosto de 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa de desemprego atingiu 12,3% no terceiro trimestre de 2018, depois de ter ficado em 12,4% no trimestre anterior, na quarta queda seguida, de acordo com o IBGE.

"O desemprego vem caindo no Brasil por conta do desalento, principalmente neste ano de 2018", afirmou o coordenador do IBGE, Cimar Azeredo. O IBGE estimou em 4,8 milhões o número de pessoas desalentadas no trimestre maio - julho.

<<https://tinyurl.com/yactn5rh>> Acesso em: 03.10.2018. Adaptado.

De acordo com os textos, o cidadão desalentado é aquele que

- a) conquista um emprego formal, mas sofre com a desigualdade de gênero, em que mulheres ganham menos e ocupam a maioria dos empregos vulneráveis.
- b) precisa de trabalho e trabalharia se houvesse possibilidade, entretanto, desiste de procurar emprego porque sabe que não encontrará um posto de trabalho.
- c) troca voluntariamente o trabalho formal pelo trabalho terceirizado, abandona a carteira de trabalho e opta pela previdência social estatal.
- d) consegue emprego formal com rendimento equivalente a dois terços do salário mínimo vigente.
- e) possui um emprego com carteira assinada, mas está desprotegido das leis trabalhistas.

2. Leia atentamente o seguinte texto:

“O Brasil não tem nada a comemorar nesta quarta-feira (17/10), quando se celebra o Dia Mundial de Erradicação da Pobreza. Envolto em uma crise econômica tida por especialistas como a mais grave da história, o país vê o agravamento das condições de vida dos mais carentes, apenas 5 anos após deixar o Mapa da Fome. Segundo analistas ouvidas pela Sputnik Brasil, (...) o desmonte de políticas públicas associado à crise já se faz sentir em levantamentos nacionais. Um levantamento recente produzido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e pela ONG ActionAid Brasil - Leia atentamente o seguinte texto: baseado em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)-mostrou que a fome hoje já atinge 11,7 milhões de pessoas no Brasil, o que corresponde a 5,6% dos brasileiros”.

Fonte: UOL/Opera Mundi/Sputnik. 17 de outubro de 2018. "Disponível em <https://operamundi.uol.com.br/sodedade/53676/perto-davolta-ao-mapa-da-fome-brasil-vive-vergonha-com-52-milhoes-na-pobreza-dizem-analistas>.

Considerando o excerto acima, é correto dizer que

- a) os fatos relatados confirmam a ineficiência dos programas de combate à pobreza no Brasil, tais como o Bolsa Família, a valorização do salário mínimo, os programas de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF -, a aposentadoria rural e o acesso às cisternas, sementes e creches, que nunca resultaram em efeitos reais de erradicação da pobreza.
- b) a piora mostrada nos índices é explicada pelas mudanças ocorridas no Brasil, principalmente a partir de 2016, com a crise política, o aumento do desemprego e os cortes nos investimentos de políticas públicas de assistência social.
- c) as informações apontam que, apesar de ter ficado mais pobre, desde 2016 a população brasileira tem visto ampliados os programas de apoio governamental às necessidades sociais.
- d) em função das políticas econômicas neoliberais assumidas pelo Brasil, a tendência no país é um retorno aos investimentos em políticas públicas focadas as populações mais vulneráveis e a consequente salda da população brasileira do Mapa da Fome no mundo.
- e) a queda revelada pelos índices é consequência apenas de uma crise mundial, pois o governo adotou todas as medidas necessárias na economia para evitar essa taxa de desemprego.

3. Brasil não cresce se não reduzir sua desigualdade

O Brasil não voltará a crescer de forma sustentável enquanto não reduzir sua desigualdade e a extrema concentração da renda no topo da pirâmide social, diz o economista francês Thomas Piketty. Autor do livro O capital no século XXI, no qual apontou um aumento da concentração no topo da pirâmide social nos Estados Unidos e na Europa, Piketty agora se dedica a um grupo de pesquisas que investiga o que ocorreu em países em desenvolvimento como o Brasil, a China e a Índia.

Adaptado de folha.uol.com.br, 28/09/2017.

Para Thomas Piketty, a situação de desigualdade referida no texto dificulta o crescimento econômico nacional. Tendo em vista a lógica do modo de produção capitalista, um motivo que explica essa dificuldade é:

- a) ampliação da insegurança jurídica
- b) restrição do mercado consumidor
- c) intensificação do processo inflacionário
- d) limitação da criatividade empreendedora
- e) ampliação do ciclo positivo da economia

4. As políticas de desenvolvimento econômico, no Brasil, sofreram alterações significativas desde o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, em especial quando foram implementadas medidas do projeto conhecido como "Ponte para o Futuro", que entre outros aspectos, propõe
- a participação efetiva do Estado como agente político e econômico apto a conduzir projetos de desenvolvimento voltados à superação de desequilíbrios sociais e regionais.
 - a busca pelo pleno emprego, viável desde que os governos saibam ampliar impostos, aumentar juros e reduzir a entrada de capital internacional no país.
 - o controle fiscal e do orçamento público, sobretudo com a implantação de reforma da Previdência, com idade mínima para aposentadoria, contingenciamento dos gastos do governo e mudanças na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).
 - o crescimento da atividade industrial como única via para o desenvolvimento, através de uma "substituição de importação", com forte intervenção do Estado.
 - O aumento dos gastos públicos como uma forma de investimento econômico, além das privatizações de empresas para captação desses recursos.
5. O resultado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que flutuações na taxa de desocupação podem ser causadas por "mudanças na probabilidade de um ocupado perder a ocupação, de um desocupado encontrar uma ocupação ou de indivíduos saírem e entrarem na força de trabalho, a População Economicamente Ativa (PEA)".

Observe a tabela abaixo.

Decomposição da mudança da taxa de desocupação no RS - 1º trim./2014 - 1º trim./17

DINÂMICAS DE TRANSIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO					
	TOTAL		HOMENS		MULHERES	
	Número	%	Número	%	Número	%
Da ocupação para a desocupação	(1) 0,321	36,6	(1) 0,448	52,2	(1) 0,202	24,0
Da ocupação para fora da População Economicamente Ativa (PEA)	-0,043	-4,9	0,001	0,1	0,003	0,3
De fora da PEA para a desocupação	(1) 0,284	32,4	(1) 0,222	25,8	(1) 0,274	32,6
Da desocupação para a ocupação	(1) 0,210	24,0	(1) 0,169	19,7	(1) 0,226	26,9
De fora da PEA para a ocupação	(2) 0,046	5,3	(2) 0,024	2,8	(2) 0,058	6,9
Da desocupação para fora da PEA	(1) 0,058	6,6	-0,006	-0,6	(2) 0,079	9,4
TOTAL	0,876	100,0	0,858	100,0	0,842	100,0

Fonte: Carta de conjuntura da FEE. Ano 26. n.7.2017.

Considerando os dados da tabela, assinale a alternativa correta sobre a mudança da taxa de desocupação no RS.

- A transição "da ocupação para a desocupação" permaneceu inalterada no período entre o primeiro trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2017.
- O componente mais representativo, na explicação da mudança da taxa de desocupação para mulheres, foi "da ocupação para a desocupação", com 32,6%.
- O percentual da população que apresenta a mudança "de fora da PEA para a ocupação" é maior para mulheres do que para homens.
- O componente mais representativo, na explicação da mudança da taxa de desocupação para homens, foi "de desocupação para fora da PEA".
- O percentual da população que apresenta a mudança "de fora da PEA para a desocupação" é maior para homens do que para mulheres.

6. A População Economicamente Ativa (PEA) brasileira está ficando mais velha e o número de jovens que ingressam na População em Idade Ativa (PIA) é cada vez menor, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE. Trata-se de movimento natural da economia, mas que trará consequências importantes para empresas.

Disponível em: <<https://www.lg.com.br/blog/envelhecimento-da-populacao-economicamente-ativa-impoedesafios-ao-mercado/>>. Acesso em: 22 de mar, 2017.

Esse cenário tende a proporcionar a médio e a longo prazo

- a) um menor crescimento da disponibilidade de mão de obra e a diminuição da oferta de profissionais capacitados.
 - b) um achatamento salarial em todas as etapas de produção quando a mão de obra será gradativamente substituída pelas máquinas.
 - c) uma redução nos custos da previdência social, nos gastos com saúde e, principal mente, com a educação.
 - d) uma diminuição nos investimentos para capacitação profissional devido à redução da concorrência entre trabalhadores que procuram emprego.
 - e) uma expansão da renda, pois com salários mais baixos devido ao desemprego as empresas podem ser mais competitivas.
7. Fala-se muito hoje sobre a disputa de estados e municípios pela busca por empresas para se instalarem lucrativamente. A realidade é que, do ponto de vista das empresas, o mais importante é que nos pontos onde desejam se instalar haja um conjunto de circunstâncias vantajosas. Trata-se, na verdade, de uma busca por municípios produtivos.

(Milton Santos e Maria L. Silveira. O Brasil, 2006. Adaptado)

A disputa entre estados e municípios descrita no excerto corresponde

- a) à especulação fundiária, na qual um dos benefícios é o alto valor da terra.
 - b) à guerra fiscal, na qual um dos benefícios é a isenção de impostos.
 - c) à desregulamentação econômica, na qual um dos benefícios é a livre iniciativa das empresas.
 - d) à guerra regional, na qual um dos benefícios é a flexibilização da produção.
 - e) à economia de mercado, na qual um dos benefícios é o mercado consumidor.
8. Desde o início de 2016, os analistas econômicos têm noticiado que o Brasil apresenta um PIB (Produto Interno Bruto) negativo, traçando um cenário pessimista para a economia nacional. A expressão "PIB negativo" se refere
- a) à desaceleração do sistema produtivo que, quando combinada com um crescimento demográfico acelerado, gera um resultado negativo no cálculo do PIB per capita.
 - b) à queda da produção por vários meses seguidos, configurando um cenário econômico recessivo, com desaceleração do processo produtivo, desemprego e falência de empresas.
 - c) ao déficit na balança comercial, uma vez que o país exporta menos produtos e serviços do que importa em função dos altos custos logísticos e da taxa de câmbio desfavorável.
 - d) ao saldo negativo entre o ritmo crescente da renda per capita e a piora dos índices de bem-estar social, como o nível de educação e o acesso à saúde dos indivíduos.
 - e) ao endividamento gerado pela administração pública ao gastar mais do que arrecada em tributos e ao não conseguir saldar seus empréstimos.

9. Em um passado muito próximo, mais precisamente na década de 90, assistimos, no Brasil e em outros países subdesenvolvidos, à aplicação de uma prática que nasceu na Inglaterra e nos Estados Unidos, mais precisamente nos governos dos presidentes Margaret Thatcher e Bush. Baseava-se na política de que tudo que é público não presta ou dá prejuízo. Assim, a saída para o problema eram as privatizações e as restrições às políticas sociais e trabalhistas. Atualmente, em nosso país, devido às mudanças políticas em nível de governo federal, estamos assistindo a uma tentativa de retomada dessa política denominada
- a) reformista.
 - b) neoliberal.
 - c) marxista.
 - d) globalizante.
 - e) keynesiana.
10. A atual crise econômica brasileira possui alguns elementos que contribuíram fortemente para o seu agravamento. Diante das adversidades econômicas no cenário mundial (2009), o governo brasileiro adotou uma política “anticíclica” para tentar impulsionar a economia com uma medida que já havia sido tomada no passado, mas que, no entanto, transformou-se em um dos maiores problemas do governo atual. Essa medida tomada novamente pelo governo brasileiro para tentar amenizar a crise econômica consistiu no(a)
- a) aumento dos gastos públicos.
 - b) aumento da taxa de juros.
 - c) redução da taxa Selic.
 - d) controle dos preços dos serviços públicos.
 - e) estatização de empresas

Gabarito

1. **B**

Com a crise econômica dos últimos anos, aconteceu um aumento da taxa de desemprego, que ultrapassou a marca de 12% em relação a PEA (população economicamente ativa). Além dos desempregados, também existem os desalentados, pessoas que precisam de trabalho, mas desistiram de procurar devido ao longo tempo de procura, falta de perspectiva de encontrar, desestruturação familiar e falta até de recursos financeiros para se deslocar (transporte coletivo) em busca de emprego.

2. **B**

O texto indica a causa do agravamento da pobreza a partir do desmonte das políticas públicas e da crise econômica.

3. **B**

A lógica da produção capitalista se dá com o consumo que leva ao lucro e, portanto, ao ampliar a concentração de renda, reduz-se o poder aquisitivo e o consumo, reduzindo o lucro.

4. **C**

Após o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, o governo federal atravessou uma transformação substancial, pois rompeu-se uma coalizão de partidos de esquerda e direita. Foi implantada uma política econômica neoliberal através de um projeto denominado de "Ponte para o Futuro", entre as medidas: ajuste fiscal com cortes em gastos sociais e investimentos, PEC do teto de gastos, privatizações (hidrelétricas e aeroportos), reajuste dos combustíveis conforme o mercado internacional (variação do petróleo e do dólar), reforma trabalhista e aprovação da terceirização irrestrita de trabalhadores e proposta de reforma na previdência (não aprovada). O resultado entre 2016 e 2018, foi a baixa taxa de investimento privado e público resultando em baixo crescimento do PIB, elevação do desemprego, aumento da pobreza, paralização dos caminhoneiros, além do agravamento da crise política.

5. **C**

Entre 2014 e 2017, o mercado de trabalho brasileiro sofreu forte impacto a crise econômica com oscilações nas taxas de ocupação e desocupação. Na categoria, de fora da PEA (população economicamente ativa) para ocupação, o percentual é maior para as mulheres e menor para os homens.

6. **A**

No Brasil, com a queda da taxa de natalidade e aumento da expectativa de vida, a PEA (População Economicamente Ativa), formada por trabalhadores e por desempregados, avança em idade. Quando a PEA é maior que a taxa de dependentes (jovens até 15 anos e idosos a partir de 65 anos), o país apresenta bônus demográfico, o que favorece a economia. Entretanto, para o futuro, o quadro pode se inverter, com menor disponibilidade de mão de obra, além de problemas como a quantidade insuficiente de trabalhadores qualificados devido, inclusive a dificuldades educacionais.

7. **B**

A disputa dos estados pelos investimentos resulta em larga concessão de benefícios fiscais para as empresas, gerando uma guerra fiscal entre as unidades da federação. As alternativas seguintes são

incorretas porque não há especulação, desregulamentação econômica, guerra regional ou benefícios diretos ao consumidor e sim a disputa dos governos estaduais pelos investimentos.

8. B

O PIB negativo significa que o país produziu menos riqueza em comparação com os períodos anteriores, o que resultará em fraco desempenho do sistema produtivo.

9. B

O neoliberalismo consiste na redução da intervenção do Estado na economia com maior ênfase para a iniciativa privada. Entre as medidas mais frequentes, a privatização das empresas estatais, menor protecionismo maior abertura da economia para o comércio exterior (importações e exportações) e flexibilização da legislação trabalhista (terceirizações, contratos temporários e menor poder para os sindicatos).

10. A

Perante a recessão econômica que se instalou com a crise nos EUA e na Europa, o Brasil desenvolveu uma política de subsídios para o sistema produtivo conjugado com o financiamento de linhas de crédito para o mercado consumidor, o que resultou no aumento dos gastos públicos.